

COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA

Confecom estabelece parâmetros novos para a imprensa brasileira

A segunda década do século 21 começa com a sociedade brasileira buscando os caminhos para enfrentar os desafios de implementar as decisões da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), reivindicação histórica dos movimentos sociais e debate nacional que poucos acreditavam que viesse acontecer. A Confecom ocorreu em Brasília, de 14 a 17 de dezembro de 2009, traçando orientações para estabelecer um novo marco regulatório no setor da mídia.

Entre as principais decisões tomadas na Conferência foram aprovadas a criação de mecanismos para organizar os trabalhadores e fiscalizar as ações no setor, a manutenção da exigência do diploma de curso superior em Comunicação Social para o exercício da profissão de jornalista e o controle social da mídia, através do Conselho Federal de Jornalismo.

A descriminalização das rádios comunitárias e o controle de outorgas de concessões de emissoras, tradicionalmente feita por critérios políticos, também receberam aprovação unânime.

Foram aprovadas no total 672 propostas (532 por consenso) e 69 por mais de 80% dos integrantes dos 15 grupos de trabalho, e outras 71 na plenária final, onde foram apresentadas 129 propostas para votação. O caderno com as resoluções da Confecom será encaminhado ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo para serem analisadas e transformadas em leis que podem dar novos rumos para as políticas públicas de comunicação do País.

Boicote das grandes empresas

Para o presidente da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murilo, o principal resultado da 1ª Confecom foi ela ter ocorrido. Segundo ele, a iniciativa enfrentou o boicote das grandes empresas de Comunicação, que se afastaram e tentaram sabotar a Conferência de todas as maneiras:

“Para nós, jornalistas, foi extremamente positivo, pois foram aprovadas todas as questões da profissão, profundamente debatidas nos Sindicatos e nas conferências municipais, regionais e estaduais”, afirmou. Murilo acredita que muitas das questões aprovadas serão transformadas em leis e outras aplicadas na prática, como a descriminalização das rádios comunitárias.

Ele lamenta o afastamento das grandes empresas do debate. “A cobertura que elas fizeram da Conferência é a melhor demonstração e a mais importante prova de que é necessário um controle social para o setor. Cobriram o evento por um viés manipulador, tentando vender as suas decisões como algo anacrônico, absolutamente desconectado do que realmente aconteceu nos debates. Foi o caso dos jornais O Globo, Folha de São Paulo, Estadão, RBS e Revista Veja, por exemplo. O editorial da Veja mais parece um manifesto integralista, com um anticomunismo que já devia estar superado. E o pior é que pegaram a Fenaj e os jornalistas brasileiros para Cristo”, conclui Sérgio Murilo.

Longa jornada

Para o jornalista, sindicalista, presidente da TV Cidade Livre de Brasília, diretor da Telesur e membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB, Beto (Carlos Alberto) Almeida, a Confecom “foi uma vitória numa luta que está em curso, que será muito longa, até porque hoje a mídia é o coração do poder político do capital, por ele controlado muito zelosamente. Estamos apenas entrando em campo, organizando o nosso time para uma partida que está muito longe de encerrar. Aprovamos na Confecom tanto medidas exequíveis - que podem se transformar em realidade por atos de Governo, como Portarias, Normas ou Decretos - e também as bandeiras históricas, estas dependendo de aprovação no Congresso Nacional,

pois muitas se referem à Regulamentação Constitucional”.

Ele salienta que “hoje a Comunicação, contra toda a sabotagem da grande mídia, é finalmente agenda do Governo e da Sociedade. Conseguimos que uma parte do empresariado não monopolista participasse e legitimasse a Confecom, e o Governo Federal tem agora uma pauta aprovada democraticamente para respaldar suas ações na área da comunicação, para promover políticas públicas”.

Beto Almeida diz que “basta tomar as manchetes rancorosas da grande mídia capitalista contra as decisões da 1ª Confecom para comprovar que o evento representa indiscutivelmente uma importante vitória das forças progressistas no Brasil”.

Principais propostas aprovadas

- Institucionalização das Conferências Nacionais de Comunicação.
- Criação do Conselho Nacional de Comunicação Social com representantes da sociedade civil, empresarial e Poder Público.
- Criação do Conselho Federal de Jornalismo.
- Criação de um Código de Ética para o Jornalismo que garanta, entre outras coisas, o direito de resposta para acusações através de matérias jornalísticas.
- Exigência de graduação em Curso de Comunicação Social para o exercício da profissão de jornalista.
- Redução da participação do capital estrangeiro de 30% para 10% nos meios de comunicação social do País.

MOBILIZAÇÃO

PCC justo mobiliza os trabalhadores da Caixa

A luta por um novo PCC está provocando a mobilização dos empregados da Caixa até o final de janeiro. Além do Dia Nacional de Luta, ocorrido no dia 12, outras atividades foram programadas para o mês. No Dia Nacional de Luta, os empregados da Caixa das capitais e das principais cidades do País ocuparam agências da empresa e realizaram manifestações, atos públicos e retardamento na abertura das unidades em algumas localidades. Em Porto Alegre, o Sind-

Bancários visitou agências e entregou aos empregados da Caixa um jornal específico sobre o tema.

No dia 14, em Porto Alegre, ocorreu reunião do Grupo de Trabalho do novo PCC, na sede da Federação dos Bancários, com a presença do assessor técnico do Dieese/São Paulo, Roberto Sugiyama, que veio especialmente para este encontro.

O plano da Caixa contém 15 níveis,

com 15% de diferença entre eles, e acaba com as classes de filiais e mercados. Além disso, altera a nomenclatura dos cargos e prevê o seu realinhamento hierárquico. A migração para o PFG (Plano de Funções Gratificadas) também seria automática. Porém, a Caixa pretende manter a discriminação de quem optou por continuar no Reg/Replan.

Para o Diretor das Relações de Trabalho da APCEF, Marcello Carrion,

a mobilização tem sido de grande importância já que o esboço da proposta da Caixa prejudica os trabalhadores e é discriminatório, principalmente quanto à jornada de trabalho.

A Caixa prevê que algumas funções sejam de seis e outras de oito horas, havendo redução proporcional do salário.

Confira no site www.apcefrs.org.br as íntegras das propostas apresentadas pelos trabalhadores e pela Caixa.